

GT 1 DIREITOS HUMANOS E NOVOS PARADIGMAS

GOVERNANÇA AMBIENTAL NO PARANÁ: PAPEL DOS ÓRGÃOS ESTADUAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Alisson Silva Rosa
Mestre, UniFatecie, Professor

Iago Oliveira Chaves
Unifatecie, estudante

INTRODUÇÃO

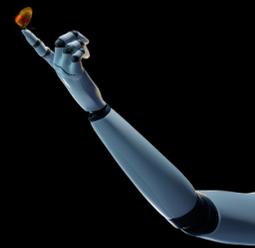
A governança ambiental no Paraná desempenha relevante papel na implementação de instrumentos de gestão e fiscalização para proteger o meio ambiente e promover o desenvolvimento sustentável. A interseção entre proteção ambiental e direito administrativo torna-se cada vez mais relevante diante dos desafios enfrentados nesse contexto. A proteção ambiental abrange medidas destinadas a preservar, conservar e recuperar os recursos naturais, garantindo o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das presentes e futuras gerações. Por sua vez, o direito administrativo regula a organização e funcionamento da administração pública, estabelecendo as bases legais para políticas ambientais (CANOTILHO, LEITE, 2017).

A relação entre proteção ambiental e direito administrativo é complexa, com este fornecendo o arcabouço jurídico-institucional necessário para implementar políticas ambientais. Os instrumentos de gestão, como o licenciamento ambiental, estabelecem condições para atividades potencialmente poluidoras, enquanto a fiscalização ambiental verifica o cumprimento das normas. No entanto, a implementação efetiva desses instrumentos enfrenta desafios, como capacidade limitada de fiscalização e complexidade dos processos de licenciamento (FIORILLO, 2017).

Por sua vez, o direito administrativo é o ramo do direito que regula a organização e funcionamento da administração pública, estabelecendo as relações entre o Estado e os particulares. Isso vai desde a estruturação dos órgãos administrativos até os princípios que guiam a atuação da administração pública, como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (FIORILLO, 2021).

Os instrumentos de gestão e fiscalização desempenham um papel fundamental nesse contexto, fornecendo meios para planejar, controlar, monitorar e corrigir atividades que possam causar impactos ao meio ambiente. O licenciamento ambiental, por exemplo, estabelece condições para o desenvolvimento de atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras, enquanto a fiscalização ambiental verifica o cumprimento das normas e toma medidas corretivas quando necessário (JUSTEN FILHO, 2020; LEITE, 2017).

No entanto, a implementação efetiva desses instrumentos enfrenta desafios, como a capacidade limitada de fiscalização e a complexidade dos processos de licenciamento. Para superar



esses obstáculos, são necessárias medidas que fortaleçam a capacidade institucional, promovam a participação pública e invistam em educação ambiental (RODRIGUES, 2021).

Desta forma, esta pesquisa visa explorar os instrumentos de gestão e fiscalização como ferramentas essenciais na governança ambiental do Paraná. Ao destacar a importância da participação da comunidade e do fortalecimento institucional, a pesquisa contribui para aprimorar políticas públicas e práticas jurídicas na área ambiental, visando um futuro mais sustentável para as gerações atuais e futuras (MILARÉ, 2015).

PROBLEMA DE PESQUISA

Diante da preocupação crescente com a preservação ambiental e a necessidade de garantir a sustentabilidade para as futuras gerações, surge o questionamento sobre como os órgãos ambientais estaduais no Paraná utilizam os instrumentos de gestão e fiscalização para promover efetivamente a proteção ambiental (MILARÉ, 2015). Neste sentido, quais são os desafios enfrentados por esses órgãos na implementação desses instrumentos e como podem ser superados? Como a legislação ambiental estadual influencia a atuação dos órgãos ambientais na governança ambiental do Paraná? Essas questões fundamentais orientam esta pesquisa, buscando fornecer outras perspectivas para o aprimoramento das políticas públicas e práticas jurídicas na área ambiental, visando um futuro mais sustentável para as próximas gerações (MEKOUAR, 2020).

Assim, a pesquisa busca responder a questões fundamentais, como o papel dos instrumentos jurídico-administrativos na preservação dos recursos naturais e os desafios enfrentados em sua implementação. Visa fornecer novos olhares para políticas públicas e práticas jurídicas que promovam a sustentabilidade ambiental, visando um futuro mais saudável e equilibrado para as próximas gerações.

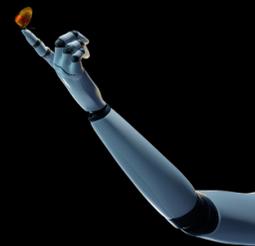
OBJETIVO

Analisar a interação entre a governança ambiental no Paraná e o direito administrativo, com foco nos instrumentos de gestão e fiscalização, visando contribuir para a preservação dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável. Identificar os desafios e oportunidades enfrentados na implementação dos instrumentos de gestão e fiscalização ambiental pelos órgãos estaduais do Paraná, com o intuito de aprimorar políticas públicas e práticas jurídicas na área ambiental.

MÉTODOLOGIA

Para conduzir esta pesquisa, adotou-se o método hipotético-dedutivo, empregando a pesquisa e revisão de bibliografia, artigos científicos e reportagens como principais técnicas metodológicas. Foram identificados os conceitos fundamentais de proteção ambiental e direito administrativo, seguido pela exploração dos instrumentos de gestão e fiscalização. A pesquisa bibliográfica abrangeu uma ampla variedade de fontes, incluindo obras acadêmicas, legislação pertinente e jurisprudência relevante.

RESULTADOS ALCANÇADOS



Os resultados preliminares desta pesquisa apontam a importância dos instrumentos de gestão e fiscalização do direito administrativo na proteção ambiental. Foi evidenciado que o licenciamento ambiental, o zoneamento ambiental, os planos de manejo e outros mecanismos desempenham destaque na organização e regulação do uso dos recursos naturais. Além disso, a fiscalização administrativa e as sanções ambientais foram identificadas como ferramentas essenciais para garantir o cumprimento da legislação ambiental e prevenir danos ao meio ambiente.

A discussão enfatizou os desafios enfrentados na implementação desses instrumentos, incluindo questões relacionadas à efetividade da fiscalização, à complexidade dos processos de licenciamento e à necessidade de maior integração entre os órgãos governamentais e a sociedade civil. Foram também abordadas questões como a necessidade de recursos adequados e capacitação dos agentes envolvidos, bem como a importância da conscientização e participação da comunidade na preservação ambiental. Esses resultados e discussões contribuem para uma compreensão mais profunda dos mecanismos jurídico-administrativos de proteção ambiental e promovem o aprimoramento das políticas e práticas nessa área.

FONTES FINANCIADORAS: Trabalho financiado pela UniFatecie no PIC Programa de Iniciação Científica

REFERÊNCIAS:

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato. **Direito constitucional ambiental brasileiro**. Saraiva Educação SA, 2017.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. Saraiva Educação SA, 2021.

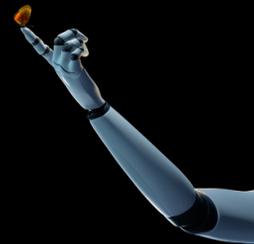
FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Princípios do direito processual ambiental**. Saraiva Educação SA, 2017.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Direito Administrativo da emergência: um modelo jurídico**. Revista de Direito Público da Economia–RDPE, Belo Horizonte, v. 70, n. 18, p. 113-130, 2020.

LEITE, José Rubens Morato. **Manual de direito ambiental**. Saraiva Educação SA, 2017.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. In: Direito ambiental brasileiro. 1999.

MEKOUAR, Ali. Paulo Affonso Leme Machado. **Estudos de Direito ambiental 3**, São Paulo, Malheiros editores, 2019. Revue juridique de l'environnement, v. 45, n. 1, p. 209-211, 2020.



MILARÉ, Édis et al. **Direito do ambiente**. Thomson Reuters Revista dos Tribunais, 2015.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Ação civil pública e meio ambiente**: Tutela contra o ilícito, o risco e o dano ao equilíbrio. Editora Foco, 2021.